PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – SMIDH
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA – COMUI

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA Nº. 35/2026

Aos vinte sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de Porto Alegre, nas dependênciasda Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, localizada à Av. João pessoa, 1105 – Cidade Baixa, Porto Alegre/RS, sob a coordenação de **ÂNGELA SALETE GUBERT**, com a presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Adriana Alves Rodrigues, **CMET Paulo Freire**
Ângela Salete Gubert, **Grupo da Longevidade Viva a Vida**
Bibiana Dornelles Alves, **ACM Morro Santana**
Fátima Gicele Anflor Alves, **Instituto Pró-Saúde - IPS**
Eleonora Kehles Spinato, **Clube de Mães do Cristal**
Eunice da Cunha Luz, **Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idoso da Força Sindical – SINDINAPI**
Leise Fonseca, **Banco de Alimentos do RS**
Roselaine Santos Aguirre, **SPAAN**
Vera Regina Dick da Silva**, ACELB**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**
Clésia Ziemann, **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**
Kassius Nitze da Silva, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**
Neiva Conceição Dias Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**
Maria Odete Bento, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**
Sônia Rejane dos Santos Vieira (*Online*), **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Gustavo Dal Ponte, Coordenador **FUMID**
Luciana Tietbohl, **Administrativo SMIDH**
Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia**

FALTAS JUSTIFICADAS:

Leise Fonseca, **Banco de Alimentos do RS**

DEMAIS PRESENTES:

[Sem representações externas]

PAUTA:

APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

APROVAÇÃO DE ATAS

- **Ata nº 31, de 15/09/2026**
- **Ata nº 32, de 29/09/2026**
- **Ata nº 33, de 06/10/2026**

CÂMARA DE REGISTROS

- **Recadastramento: Lar Dom Levino – Processo SEI nº 21.0.000114305-8**
- **Registro: Redecriar – Processo SEI nº 25.0.000151675-5**
- **Registro: Atos 29 – Processo SEI nº 24.0.000022539-4**

CÂMARA DE PROJETOS

- **Processo SEI nº 23.0.000129555-1 – ACM**

CÂMARA DE COMUNICAÇÃO

- **Sem pauta**

CÂMARA DE ASSESSORAMENTO

- **Edital**
- **Documentos para emissão de atestado de pleno funcionamento (recadastramento)**
- **Informações sobre denúncias relativas à Geriatria Luz da Vida – processo Lar da Amizade**
- **Representação do COMUI no encerramento do evento Outubro Prata**
- **Data final para envio dos projetos para aprovação neste ano: 17/11/2026**
- **Última plenária do ano: 15/12/2026**

Após a conferência de quórum foram iniciados os trabalhos da Ordem do Dia.

ABERTURA:

APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida: Pessoal, boa tarde! Tudo bom? Vamos começar a nossa plenária. Lu, alguém justificando? **Luciana Tietbohl,**

Administrativo SMIDH: Sim, a Leise ficou com compromissos na OSC. Mais ninguém justificou. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Pessoal, nós temos atas para votar. Três atas para votar. Na semana passada a gente tinha ficado para trás com a Ata 31. Boa tarde, Secretário! **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Boa tarde. Cheguei atrasado. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Só vamos esperar um pouquinho. Por favor. Vamos deixar as atas para votar depois, então. Pessoal, eu ia propor agora que nós votássemos as atas, mas como o Secretário já chegou, nós vamos partir direto para a prestação de contas. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Não, tranquilidade, Presidente. Eu sou o último da fila. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Não, mas é que isso é importante e depois a gente tem uma pauta que a gente começa. Por favor, Secretário, fica à vontade. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Gente, boa tarde a todos e todas. Obrigado pelo convite, Presidente, para me fazer presente, apresentar não só as questões financeiras, mas também a nossa secretaria. Eu estive recentemente no CMDCA, acho que todos ouviram a minha apresentação, vai ser a mesma, mas para trazer para o COMUI também um pouco das atribuições da nossa secretaria. Todo mundo sabe o que aconteceu, a FASC foi extinta, se criou uma nova pasta da Assistência Social e a nossa secretaria é uma pasta nova também dentro do governo. Antes nós tínhamos uma secretaria específica para cuidar das políticas públicas do trabalho, isso migrou para nós. Nós tínhamos lá na SMEL o esporte, veio para nós. É a secretaria agora, vocês vão ver, a mais transversal dentro do governo, com uma magnitude de assuntos que eu nunca vi em outra capital do Brasil, tenho certeza que não tem nenhuma com tantos assuntos como a nossa. Pode ir avançando até a 7 ali, por gentileza. São divididas em 5 diretorias a nossa secretaria. A primeira é do Trabalho e Renda, muito além da intermediação de mão de obra. O SINE hoje em dia é arcaico, a pessoa ir até um balcão, pegar uma carta de encaminhamento, ter que pegar um ônibus para fazer uma entrevista. Isso nos dias de hoje, em 2026, está acabando. Depois eu vou apresentar o Espaço de Oportunidade, que é uma política nova que a gente lançou, que vai muito além do SINE. O que essa coordenação faz, que a gente intitula como diretoria, porque tem o mérito de diretoria, infelizmente é uma mera coordenação, deveria ser uma secretaria específica: feirões de emprego, cursos profissionalizantes, feirões

descentralizados, além dos Espaços de Oportunidade. Vocês vão conhecer um pouco do programa, que é uma política nova no município. Essa é a nossa primeira diretoria. A segunda diretoria, pode avançar, por gentileza, dos Direitos Sociais Básicos: a segurança alimentar é uma pauta que está conosco também. A gente lançou recentemente o POA Alimenta. A Leise conhece, o Banco de Alimentos. O município não tinha um Banco de Alimentos próprio. Podem acreditar, na capital do estado, 1.300.000 habitantes, e a gente dependia de um parceiro. Nada contra o parceiro, mas o município tem que ter um Banco de Alimentos próprio. Para isso a gente criou o POA Alimenta, que também vou falar um pouco depois. Temos a inclusão social muito voltada a projetos para catadores, pessoas em vulnerabilidade social. O terceiro são os equipamentos sociais. Nós temos 2 Praças CEU, uma na Lomba do Pinheiro, uma na Restinga, além lá da Bom Jesus, o Centro Esportivo da Bom Jesus. O que são esses equipamentos sociais para quem não conhece? Eu faço um convite. É uma minissecretaria. Lá a gente tem cursos de qualificação, esporte, cultura, lazer. As Praças CEU são uma na Lomba do Pinheiro, uma na Restinga e outra na Bom Jesus, que é recente a parcerização. O espaço é extraordinário, uma entidade gerencia. Na época o governo federal bancou a estrutura, muito importante, só que o custeio é nosso: 100.000 por mês cada equipamento. A construção deve ter sido em torno de 5 ou 6 milhões na época, só que a gente paga 100.000 para cada um para ter o custeio, é uma entidade gerenciando. O espaço é extraordinário, cheio das 8 às 17 horas, centenas de pessoas diariamente acessando. A terceira diretoria, que também em muitos municípios é uma secretaria à parte, que é um universo, são os Direitos Humanos. É um rol de 9 coordenações voltadas aos Direitos Humanos: Direito da Mulher, Pessoa Idosa, Igualdade Racial, Imigrantes e Refugiados, Diversidade de Gênero, pode ir avançando, Pessoa com Deficiência, Juventude, Criança e Adolescente. A coordenação eu digo que é um mundo porque cada uma delas tem um conselho de direitos, aqui gerenciada a pessoa idosa, nós temos um conselho, e executam políticas públicas. A Coordenação da Mulher nós temos 2 casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência. O que nos difere da Assistência Social? A Assistência cumpre a tipificação do SUAS, as prerrogativas. Nós somos projetos de governo. Nossas casas de acolhimento, a mulher se apresenta aqui ou em um ambiente descentralizado, ela é acolhida na hora, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 2 casas de acolhimento. O SUAS rege que tem que passar pela rede, ter acompanhamento. A nossa não, traz o boletim de ocorrência e é acolhida na hora. Faço o

convite, é um ambiente sigiloso pela questão de segurança, mas o COMUI tem essa prerrogativa de lá visitar, de excelência as casas. É a entidade das irmãs, fazem trabalho social ativo, faço o convite para ir lá conhecer. Ressalto: cada uma dessas caixinhas executa política pública. Direito da Juventude, nós vamos ter agora, segunda é dia 2, o maior aulão do Brasil, 3.500 lugares lá no Auditório Araújo Vianna. Pessoas que não têm acesso a cursinho do ENEM vão fazer gratuitamente lá. Se eu ficar aqui eu passo a tarde toda falando o que cada uma dessas caixinhas faz, são 9 caixinhas. Pessoa com deficiência, a gente tem o Porta a Porta, a gente pega as pessoas com deficiência em casa, leva até os serviços da prefeitura, um custo mensal de 120.000 por mês pegando as pessoas e levando. É o que eu falei: cada uma dessa aí é uma magnitude de assunto. Só isso aqui, Direitos Humanos, deveria ser uma secretaria à parte, é o que várias capitais têm. Pode avançar. A nossa quarta diretoria de gestão, aí é algo mais burocrático: licitação, RH, pagamento, mas a gente tem um setor muito importante: apoio aos conselhos tutelares. Em Porto Alegre nós temos 10 microrregiões de conselho, cada uma delas tem 5 conselheiros, só que além dos 5 conselheiros a gente tem uma staff maior do que os 5 conselheiros: limpeza, motorista, vigilante, são 7 funcionários vinculados à secretaria, além dos 5 conselheiros que foram eleitos. Voto popular, tem o mérito de estar ali. Ou seja, cada uma dessas microrregiões é uma estrutura gigantesca: é locação, é luz, é água. Ou seja, boa parte dos recursos da secretaria estão alocados nessa questão. Pode ir avançando. A quinta e última diretoria, que também não é uma diretoria, infelizmente é uma coordenação, é dos Fundos Municipais Sociais. A gente tem o Fundo da Criança e do Adolescente, o Fundo do Idoso vinculado ao COMUI, o Fundo da Reciclagem e o Fundo do Trabalho e Renda. Os 2 primeiros fundos, que vocês conhecem bem, através do Imposto de Renda, destinação; o Fundo da Reciclagem muito pelas multas que é aplicada no município; e o Fundo do Trabalho, o FUNDAFAT, do nacional cai para o nosso FAT, que a gente faz o gerenciamento. Aqui eu não preciso nem dizer, também deveria ser uma secretaria à parte. A burocracia é enorme, a legislação é rígida e a gente cumpre à risca. São uns 25 funcionários aqui na Érico Veríssimo, só vinculados às questões dos fundos municipais. Pode ir avançando. Agora eu vou falar algumas políticas públicas que a gente lançou nesses 1 ano e meio. A secretaria foi constituída em março, 1 ano e 7 meses que de fato nós existimos. Acho que todos me conhecem, mas só para relembrar: eu fui Secretário em Novo Hamburgo de Saúde, Assistência Social, e trouxe alguns projetos que

eu implantei lá. O primeiro é esse aqui: Programa Recomeço, voltado à política pública para os catadores. Eu sou um gestor que não esconde as mazelas do governo. Porto Alegre não tinha nada para os catadores. É em torno de 10.000 catadores, não só os formais que estão nas cooperativas, mas o nosso objetivo é atacar e auxiliar os informais. Em torno de 10.000 catadores informais. O que é o Programa Recomeço? É um cardápio de políticas públicas para os catadores. A primeira: caso queira sair da catação, é um direito deles catar, um curso profissionalizante durante 5 meses através do SENAC. Eles estão recebendo meio salário mínimo, alimentação, acompanhamento psicossocial para realmente a porta de saída ser uma nova ocupação. Só esse ano já formamos 60 catadores, estão empregados em novas ocupações. Cada catador tem o custo de 5.000 por mês durante os 5 meses, tendo em vista a bolsa e mais a questão do SENAC. A segunda opção desse cardápio são os agentes ambientais. Todo mundo conhece os agentes de saúde que fazem peregrinação pela cidade para falar de saúde, os nossos agentes estão falando de educação ambiental. E são os próprios catadores que estão sendo contratados, recebem 1 salário mínimo por mês, um colete, identificação, e estão fazendo a peregrinação para falar de educação ambiental. A gente tem que educar o nosso povo sobre destinação correta, resíduos e tudo isso. E a terceira opção, ainda dentro do Recomeço, é um espaço que a gente lançou ali na Santa Terezinha, a famosa Vila dos Papeleiros. É a primeira unidade do Brasil para catadores autônomos. Eles seguem fazendo a catação pelo Centro, só que agora eles têm um carrinho identificado pela prefeitura, tem uma entidade que gerencia, eles recebem café da manhã, almoço, janta num ambiente digno. É um ambiente sensacional. Lá tem a triagem, tem a prensa, tudo para fazer a catação da maneira correta. Também é uma entidade que gerencia, isso é um custo de 80.000 por mês para eles poderem dar a refeição e é um exemplo de projeto. Hoje os catadores são 100 nesse primeiro momento, é um projeto-piloto. Eles estão usando colete, crachá, eles fazem a coleta via agendamento, ou seja, é um novo olhar para os catadores. Esse é o primeiro programa que a gente lançou nesse 1 ano e meio. Pode ir avançando. Estamos reformando também as unidades de triagem que são vinculadas ao DMLU, que são as cooperativas. São 17 cooperativas que fazem esse trabalho de reciclagem. Quem paga é o DMLU, mas a gente está reformando muito através dos financiamentos internacionais. Pode ir avançando. O segundo programa que a gente lançou, esse foi em dezembro do ano passado, é o Espaço de Oportunidades. O primeiro foi na Rua Uruguai, em dezembro, e

há uns 3 ou 4 meses a gente lançou no Azenha. O que é o Espaço de Oportunidade? É o que eu iniciei falando: o SINE é arcaico, superado. Aqui, nesse espaço, as empresas fazem as contratações no mesmo ato. Beleza ter uma cartinha do SINE, a gente tem o SINE municipal, mas o nosso grande objetivo é conectar as empresas que necessitam. Quando a gente assumiu essa gestão, eram 200 atendimentos por mês no SINE, hoje passa de 2.000. A gente conseguiu multiplicar vezes 10 o atendimento, só que não é só emprego. Lá a pessoa sai de roupa nova porque tem o cabide solidário; quem não tem currículo, a gente faz o currículo para a pessoa. Hoje a carteira de trabalho é digital, mas nem todo mundo tem acesso aos meios digitais. A gente faz a conta do GOV, imprime a carteira. Ou seja, a pessoa sai de lá de roupa nova, empregada, e fazemos os cursos de qualificação. Só esse ano mais de 2 milhões de reais em cursos de qualificação. Também faço o convite: na Rua Uruguai, esse foi o primeiro, salas para fazer curso. Se o COMUI quiser utilizar lá para alguma plenária, está de portas abertas. O terceiro programa que a gente lançou também voltado à qualificação, que é o Próximo Passo. Muito das demandas do Orçamento Participativo, aqui em Porto Alegre é bem forte, o OP, estavam sendo, infelizmente, não executadas. A gente fez um pacote, desde 2021 a gente está conseguindo executar tudo o que estava represado, mas agora com uma tecnologia: as pessoas podem fazer via 156 a inscrição. Alguns cursos são online, ou seja, a gente está facilitando o acesso ao mundo do trabalho. Esse é o da Rua Uruguai. O quarto programa que a gente lançou é o POA Alimenta, que eu comentei até a questão da Leise. O município utilizava o Banco de Alimentos e me ajuda aí, Neli? Nós tínhamos a parceria com o Banco de Alimentos e com o Mesa Brasil. Até então a gente lançou em dezembro do ano passado o POA Alimenta: 5 milhões de reais em alimentos oriundos do governo do Estado e do governo federal. Desde a semana passada a SMGOV, estamos entregando hortifrúti em torno de 1 milhão de reais de investimento para a gente entregar para mais de 300 cozinhas solidárias e pontos populares. Só que a gente não está só fazendo a entrega, pode avançar. Esse é o Banco de Alimentos, a gente está capacitando as cozinhas solidárias falando de reaproveitar alimento, falando de obesidade, que é uma temática que a gente tem que trazer à mesa, boas práticas, ou seja, não é só dar o alimento, a gente está capacitando esses mais de 300 pontos que fazem alimentação. Não é aquelas entidades que entregam para pessoas em situação de rua, não, é um ponto popular, mora lá na Restinga, dando um exemplo, e faz a alimentação para a comunidade dela, para o entorno. Ou seja, estão

recebendo alimento de qualidade. Primeira vez que está sendo entregue proteína, ovos, carnes congeladas, e agora com esse do PAA municipal, hortifrúti da nossa zona rural. Pode ir avançando. Eu sei que me estendi na contextualização, mas era só para ter uma noção do ambiente em que estamos. A secretaria é imensa, é a maior secretaria de transversalidade dentro do governo. São 26 serviços na ponta nesse exato momento, falando dos 10 conselhos, as casas de acolhimento, as Praças CEU, são 26 serviços. Agora, falando um pouco de recursos, que é o momento que eu vim para vocês, em linhas breves: a nossa LOA, o orçamento anual, 150 milhões anuais. Tu vê um baita orçamento, 150 milhões vai fazer milagre, mas 70 milhões é a receita dos fundos, ou seja, de fato nos sobrou 80 milhões. Receita eu digo a arrecadação previsível que a Fazenda faz, não quer dizer que vai entrar os 70 milhões. Mas vamos lá: dos 150 desconta 70, sobrou 80. Dos 80, 30 milhões são os futuros investimentos dos financiamentos internacionais que vai acontecer um dia. São 30 milhões separados, aí tu tira isso, sobrou 50 milhões. Dos 50 milhões, nós temos 20 milhões de RH, folha de pagamento. Ou seja, lá dos 150 milhões a secretaria tem 30 milhões anuais para tocar tudo isso que eu falei. Muitas coisas a gente está tirando do papel por articulação política, tenho ido para Brasília, tenho falado com deputados, tem vindo muita emenda, tem vindo muito programa do governo estadual, por exemplo, essas alimentações. Ou seja, sou um Secretário que não fica parado, tem que ir atrás de parceria. Só que tu vê lá 150 milhões, é uma LOA linda, mas é 30 milhões para conduzir tudo isso que eu falei agora. Pode colocar a próxima. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Só uma pergunta para me esclarecer aqui: significa que o dinheiro do fundo é considerado dentro do orçamento? Do orçamento. Então, na verdade, o que é da prefeitura mesmo é o restante só? É isso? E em todas as secretarias? Está diluído para todas as secretarias de assistência social? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Não. Os 150 milhões da nossa LOA é da SMIDH, só da SMIDH. E desses 150 tem 70 que são as arrecadações dos fundos municipais quase, porque é uma previsão de receita. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Os fundos. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Os fundos. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** 70 os fundos: o CMDCA e o... **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** O COMUI. Quem conduz essa projeção de receita é a Fazenda, os técnicos da

Fazenda, tendo em vista uma série histórica. Eles devem pegar os anos anteriores, quanto que entrou de arrecadação, fazem uma projeção para o ano seguinte. Por isso quando vê lá 150 milhões é um valor bom, mas eu tenho 30 milhões para conduzir tudo. Pode avançar, Jeniffer, chega aí para me auxiliar. Gente, esse organograma que eu apresentei era até então. Eu, por um olhar de gestão, a gente está reformulando a secretaria, criando uma diretoria nova e específica administrativa. Vocês viram, nós temos uma coordenação dos fundos que faz pagamento, prestação de contas, e eu tenho um outro setor que faz a mesma coisa. A gente está unindo, fazendo uma grande diretoria e até aproveitar o ensejo e apresentar a Jeniffer, que vocês já conhecem. Vai ser a nossa nova diretora, uma pessoa do quadro. Ela vai conduzir todos esses ritos de parceria, seja 13.019, 14.133, contrato administrativo. A gente escolheu uma pessoa do quadro, na diretoria dela acho que 95% das pessoas serão estatutários. Eu optei por não colocar cargo em comissão. Eu sou um CC, hoje eu estou, amanhã posso não estar. A gente optou por reconhecer as pessoas do quadro e a Jeniffer é uma pessoa que iniciou aqui como administrativa, passou no concurso como administradora e agora será diretora pelo mérito do trabalho que ela fez. Questionável, conhece a casa, conhece os conselhos, tem uma boa lida, e a partir do dia 15 de novembro a gente vai publicar o nosso novo organograma, ter uma diretoria para cuidar dos fundos, contratação da 14.133. Eis aqui a nossa diretora. Vai ser publicado, gente. Isso é uma prerrogativa da gestão. Eu sou o Secretário, eu vou fazer a secretaria forte. Por isso eu quero fazer um novo momento. Depois de ser publicado o decreto, eu me comprometo de voltar, nós teremos agora uma coordenação só das parcerias, coisas que não tínhamos antes. Aí vocês não vão: "Estou com problema na prestação de contas, a quem eu recorro?" Eu vou vir apresentar um por um, porque do jeito que estava a secretaria não estava funcionando, essa é a verdade. Muitas caixinhas espalhadas fazendo a mesma coisa, aí chegava uma entidade com alguma queixa, que é normal: "A quem eu recorro?" Dava um empurrão: "Fala com esse, fala com aquele". Não, agora juntou numa diretoria que vai atender todo mundo. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Então, a Jeniffer não vai mais ser responsável pelo financeiro, ela vai... **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Ser a diretora administrativa que vai lidar com a 14.133, que é a lei de licitações, a antiga 8.666, e a 13.019. Só que agora nós vamos ter um setor específico da 13.019, só de parcerias. Teve um problema no plano de trabalho, eu vou vir apresentar um por um a

quem vocês vão recorrer. Até faço uma culpa, porque eu demorei. Eu tinha que apresentar todos esses programas para o governo. Não foi lá fazer o Espaço de Oportunidade, foi negociação, vai para Brasília. Eu deixei realmente os fundos por último, confesso. Sei que estava uma bagunça, está até hoje, mas chegou o momento de resolver o problema. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Eu não sei se alguém não me conhece ainda, o meu nome é Jeniffer. Eu trabalho há um tempo já no financeiro do fundo e a gente está nessa caminhada de integração para as áreas conseguirem se conversar melhor, para o processo fluir de uma maneira mais harmônica, digamos assim, porque tinha muito aquela coisa justamente que o Secretário falou: uma parte é com um, outra parte é com outro. Então hoje, dentro do mesmo guardachuva, a gente quer fazer com que as parcerias da secretaria andem da mesma forma. Porque muitas vezes a mesma entidade, para 2 parcerias dentro da mesma secretaria, tinha fluxos completamente diferentes. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Isso é importante o que a Jeniffer está falando. A gente tem entidade que recebia uma emenda parlamentar e em 30 dias está tudo pronto, está com o dinheiro na conta. Por que pelo fundo demorava 1 ano? Isso é uma coisa inadmissível! A única questão do fundo é que a dotação orçamentária é oriunda de um fundo social, mas o rito legal é o mesmo dentro da secretaria: é a 13.019, decreto. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Desculpa, eu vou ter que perguntar: por que é tão rápido para uma emenda dentro da mesma secretaria, não é isso? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Exatamente. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** E por que para o repasse para as entidades demora-se mais ou menos o processo? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu vejo, Presidente, que se criou um medo dentro da secretaria: "Como é dinheiro do fundo, tem que ser mais demorado". Inventaram alguns entraves que não existem, a lei federal é a mesma! O decreto que rege a 13.019 é o mesmo. Eu recebia muita entidade, chamava o fulaninho: "Está com um processo parado, por que está parado?" "Isso é do fundo, tem que olhar", e mandava para o colega. E as emendas aqui voam! 60 dias o dinheiro está na conta das emendas. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tudo bem, obrigada. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acho que cheguei à conclusão que era uma cultura: "Porque é do fundo...". Não era por fazer

mal, era por medo. São servidores concursados que têm o seu concurso estatutário, com um receio de estar fazendo algo fora da curva. Só que agora vai acabar esse receio. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Mas isso alguma vez deu algum problema? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Sim. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Deu?**Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Problema pleno, a gente tem auditoria do TCE. Até isso é bom divulgar: estamos passando por uma auditoria nos fundos municipais. Eu acho saudável, tem que fazer auditoria. Órgãos de controle, eu quero mais que participem do enredo todo. E era isso que acontecia: demorava, passava para fulano, para ciclano, enquanto as emendas, a todo vapor. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Esta apresentação é bem direta e até para o Secretário vai ser uma grata surpresa, porque a gente não tinha conversado mais cedo sobre a apuração dos valores como estimativa do saldo livre. Dentro dessa apresentação a gente explica por que é uma estimativa e não é um valor consolidado, como a gente já havia apresentado nas reuniões anteriores. Eu só peço que, se possível, queiram anotar as dúvidas para eu poder primeiro apresentar todos os pontos que vão ser conversados aqui e depois, caso tenha ficado alguma lacuna, alguma dúvida, a gente debate isso no final, porque pode ser que alguma dúvida seja sanada pelo slide seguinte. O ideal é esperar toda a apresentação para depois a gente conversar sobre o que vai ser debatido aqui. A prestação de contas do Fundo do Idoso já com os valores de 2026 também apurados até... A gente está em outubro, até setembro. Essa é a composição da receita: as doações que vão direto a projetos específicos viram somente recursos de projetos e o recurso livre é um pouquinho de cada coisa, o saldo livre que a gente chama. É o Imposto de Renda, aquela DARF que as pessoas doam, os rendimentos das aplicações, dos valores dos projetos e das DARFs, as devoluções, as transferências públicas, depósitos judiciais, multas, as doações dos projetos fora do prazo de execução, aquele saldo que ficou de projetos passados, e as retenções dos projetos que estão captando também. Qual é o valor estimado do saldo livre? Estima-se até o momento que o valor total do saldo livre seja 35.355.583,83. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Mais o que temos já pré-empenhado para esse edital que saiu recentemente, foram 16 ou 17 milhões? Ou seja, é 35 mais os 16 do saldo do que está pré-empenhado. Acho que deve estar no rito. Ou seja, tínhamos 51 milhões de saldo livre. Se quiserem botar em ata, é o Secretário

afirmando isso. Até então, agora tem um pré-empenho, tendo em vista o edital que está na rua, nos sobrou... Volta ali, Jeniffer. Nos sobrou não, tem disponível, perdão a expressão: 35 milhões. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** 35 mais 16, então. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** 51, de um universo de... **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** 70... Eu tenho ali, vai aparecer depois. 68. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Ou seja, dos 68 tínhamos 51. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Teve o repasse da SPAAN aqui, mudou o saldo. Mas eu vou explicando e aí qualquer coisa a gente volta lá no início do saldo. Deixa eu passar para apresentar para o pessoal, acho que é mais adequado. Em 2020 foi apurado o saldo, e todos esses valores são apresentados em processo. Então, em 2020 foi apresentado o saldo de 5.778.000 no início do ano de 2021, e ao final de 2021, 8.675.037,60. Em 2022 se iniciou com o saldo anterior. Isso é para mostrar que a gente não tira o saldo livre da cabeça, a gente tem de onde tirar as informações, ninguém inventa número. Com os rendimentos, os valores que eram repassados pela prefeitura, as restituições de devoluções, as doações que eram diretamente ao COMUI, se chegou ao final de 2022 a 12.797.000. Todos esses processos já passaram pelo conselho, todos esses processos já foram aprovados na época. Se tinha um rito e nem acontecia aqui na secretaria, então tinha uma rotina diferente do que acontece hoje. 2023, como vocês podem ver, se seguiu o saldo anterior com as deduções, repasses de editais ali descontados os valores, se chegou aos 19.847.000. E, então, a gente recebeu o apontamento da Controladoria de que a prestação de contas não ocorria da maneira como deveria e que deveria ser conforme a lei que regia os fundos municipais. Então os fundos, depois eu vou explicar melhor, eles têm um regramento para apresentar esses valores. A maneira como estava acontecendo essa apresentação de prestação de contas gerou um apontamento de risco alto à secretaria. Então, a gente recebeu do auditor de controle interno o relatório de apontamentos com risco alto da não prestação de contas conforme a legislação prevê. A partir de então a gente teve que fazer as prestações de contas conforme era determinado por lei. Então, o saldo livre a partir de 2023, 2024, 2025 e 2026 tem sido apresentado dessa forma paralelo aos conselhos, que foi quando a gente fez uma série de apontamentos nas apresentações e se chegou ao saldo livre de 18.644.000 de 2024, em 2024, que é o acumulado que está apresentado aqui. Aí em 2025 nós seguimos

a recomendação, apresentamos a prestação de contas dentro do recorte ainda dizendo qual era o saldo livre. Em 2026, hoje a gente já consegue ter essa apuração mês a mês, o que não era possível antes. Então, hoje a gente consegue afirmar que, do valor que tem na conta do fundo, 35.355.000 com certeza é saldo livre. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Mais os 16 do edital que estão pré-empenhados. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Isso. Ali dentro da prestação de contas já houve, porque isso gerou dúvida nas apresentações anteriores, então eu fiz justamente o recorte dos processos das prestações de contas que abriam essa informação. No mesmo ano que se começou a discutir a inclusão das doações desvinculadas dos projetos, que foram 6.131.000, também se previu o desconto do valor do edital que eram os 16.172.000. Claro, dentro do processo está todo detalhado, mas esse valor foi especificado e, como dá para ver, o valor segue uma sequência histórica. Então todo final do ano é o valor determinado no início do ano seguinte. Todos esses valores estão apresentados em processos assinados pelos servidores com relatórios e, apesar dos apontamentos que a gente recebeu de um risco alto, o qual gera uma punição para o servidor que não cumprir, a gente conseguiu ainda manter a apresentação paralela da prestação de contas. Hoje a gente faz duas prestações de contas: a gente faz a prestação de contas prevista em lei e a gente faz a prestação de contas de acordo com as informações gerenciais que o conselho solicita para a gente. Voltando lá no começo da apresentação: por que é tão difícil calcular o saldo livre? Porque não tem uma legislação que determine qual é a composição do saldo livre. O fundo tem como lei federal... Existe um fundo, isso é uma questão mais técnica e a gente tem que ter... Eu não sei se todo mundo tem familiaridade com o serviço público, mas o trabalho do servidor é justamente, ao contrário do que se prevê na vida, não fazer o que a lei proíbe. A gente somente pode fazer o que a lei permite. Então, eu só posso fazer o que alguém autorizou e em algum momento está escrito e publicado em lei. Apresentar um relatório, assinar um documento no qual eu digo que o valor que está no fundo é diferente do que como eu tenho que apresentar em lei, isso gera um apontamento direto ao servidor. É por isso que a gente tem esse receio, que a gente só pode fazer o que a lei permite e não deixar de fazer o que a lei proíbe. É o contrário, a lógica é inversa. Então, como não tem uma legislação que diga de fato o que é o saldo livre e como vamos apresentar isso de uma maneira oficial, o saldo livre sempre tem que ser feito como uma estimativa. A mudança no método de apuração dos valores

ao longo do tempo: ao longo do tempo não se tinha essa preservação da informação tão detalhada, então o saldo livre poderia ser calculado de formas diferentes por pessoas diferentes e isso não ficava no histórico porque não era oficial. Não tinha um procedimento oficial, não estava previsto em lei como isso deveria ser feito. A inclusão de novas informações nas estimativas, como a previsão de edital, as DARFs também não eram contabilizadas e a partir de determinado momento começaram a ser, e a ausência de um sistema unificado que dê lastro à informação e mantenha um histórico completo. Os rendimentos aparecem só na conta do fundo, mas os projetos aparecem no site. Então a gente tem que ficar catando a informação, cada informação em um lugar diferente. Não tem um sistema que automatize isso e nos dê a informação, por enquanto. E a interpretação do próprio significado de saldo livre, por exemplo, as doações vencidas. A gente traz a resolução, porque foi uma solução que a gente encontrou na época, de que o conselho determinaria como seria a composição do saldo livre. Mas de certa forma isso também não é uma legislação, porque o conselho rege sobre ele mesmo, ele é gestor do fundo, mas ele não pode dizer qual é a composição do saldo livre se isso não está previsto em lei. A gente pode estimar que seja, pode basear o cálculo nisso, mas de fato apresentar isso oficialmente não se pode. Eu não posso, por exemplo, colocar no Diário Oficial esse valor porque ele não está conforme a legislação. Quais são as prestações de contas obrigatórias que a gente faz? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Até fazendo uma fala sobre isso: é um *gap* que o município tem, uma legislação específica. Vocês fazem as resoluções, eu digo vocês o conselho, que é legítimo, mas não tem peso de emenda, de resolução. A gente precisaria de uma legislação específica. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** A gente faz a prestação de contas, porém de acordo com as instruções normativas que são regulamentadas. A gente tem 3 hoje: eram 2, agora viraram 3. A mensal, que é a instrução normativa que a Controladoria aponta; a quadrimestral, que é a que sai no DOPA; e a anual, que vai para a Receita Federal. São essas prestações de contas oficiais que a gente tem hoje. Nenhuma delas tem o saldo livre. O que o conselho precisa enxergar: qual o saldo livre, quanto entrou para cada projeto, quanto foi retido, quanto foi repassado, quanto foi gasto, quanto ainda está disponível. São informações que não estão contempladas aqui. Porque é saldo financeiro atualizado, mas a lógica da lei é que... E isso é a lógica da lei, não é a gente que está dizendo e a gente, mesmo tendo alguma

opinião sobre estar certo ou errado, não tem interferência sobre isso. A legislação só deixa que eu não possa apresentar o recurso de maneira segregada. O recurso do fundo é um só, porque na lei o fundo tem uma finalidade específica. Por mais que dentro dele tenham projetos, o saldo do fundo é um recurso público com uma destinação específica. Eu não posso dizer que o recurso público do fundo, por exemplo, é da OSC A, ou da OSC B, ou da OSC C. Esse foi um dos impedimentos também que trava a apresentação discriminada dos projetos, dos valores, porque teoricamente, pela lei, o valor do fundo é um só. De modo geral, a lei não se aprofunda nisso. Por que o valor apresentado nos fundos é variável? Por que ele vai mudando ao longo do tempo? Porque às vezes parece que tem mais, às vezes parece que tem menos? Uma, pela arrecadação contínua: enquanto a gente está aqui conversando, está entrando dinheiro e saindo dinheiro também; os repasses, pagamentos, retenções; as vinculações aos projetos. Hoje pode entrar uma doação que aumenta o saldo, mas ela não está ainda destinada a nenhum projeto. Então ela está lá, mas não está nos projetos, mas vai virar. Também não é saldo livre, porque ela pode ir para algum projeto. Aqui eu trouxe algumas das doações que a gente recebeu, as mais recentes: 700.000. Aqui entra como uma TED. Isso aqui aumentou o saldo do fundo, mas ainda não está em projeto nenhum, porque o doador tem que apresentar o endereço, telefone, e-mail, CNPJ ou CPF. A gente tem vários créditos que demoram a ser contabilizados nos projetos justamente por causa disso. Somente com o recebimento da TED, só saber que eu recebi o dinheiro não permite que eu saiba para onde que ele vai. Eu só sei de onde que ele vem, mas para onde ele vai eu ainda não posso dizer. Então eu não consigo contabilizar ele nem no saldo livre, porque ele pode ser uma destinação específica de algum projeto, mas ao mesmo tempo eu não tenho como dizer de qual projeto é, então ele não aumenta o valor de projeto nenhum. Mas ele já está lá na conta do fundo. É por isso que é uma das respostas para a pergunta por que o valor apresentado no fundo é tão variável. Pode ser que amanhã seja 6 milhões o saldo livre se quem doou esses 700.000 diga que é para o conselho. Mas pode ser que seja de algum projeto específico. A variabilidade do valor do saldo livre é inerente. O saldo livre não vai ter como ter um valor fixo sempre. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Mas e nessa previsibilidade, eu não sou da secretaria, sou da Governança. Quando eu olho o site do COMUI de projetos vigentes, aparece uma tarjetinha lá verdinha da entidade que está

captando, certo? E aparece embaixo um retângulo tipo azul-pavão-cacique com o valor que ele quer captar, certo? E a tarjetinha verde está no início, no meio ou já está no final. Eu olhando como sociedade, não como funcionário da prefeitura, penso o seguinte: eles querem captar X milhões, está em verdinho que já entrou aquilo ali. É verdade ou aquilo é ficção? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Aquilo ali é verdade, porque aquele valor já foi vinculado ao projeto. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** E a gente não pode pensar assim, desculpe, Secretário: a gente não pode pensar assim que deveria existir um extrato tipo de banco? Entrou a conta-salário e aí começa a ver os débitos: Imposto de Renda, os descontos das parcelas, a Zero Hora. Começa a ver os descontos. Não tem como ter isso no fundo? Porque é uma conta separada, né? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Esse é o grande problema: a conta é única. Respondendo a tua pergunta: se eu faço uma doação de 1 milhão, eu não preciso identificar lá na hora. Qual é o tempo que tem? 1 ano? 2 anos? O valor fica no limbo. Eu não sei se é para a conta geral ou se é para Pavão Cacique. Ele fica no limbo até o doador se identificar, me entende? Fica no limbo, vai estar na conta, mas não está destinado a ninguém. Tem 1 ano para dizer se é saldo livre ou se é destinado a alguém. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Eu, o Kassius e a Neiva, agora outubro, novembro e dezembro, nós 3 vamos fazer que nem no ano passado: nós vamos destinar via Banrisul 1.500 reais, 500 reais para cada instituição. Esse dinheiro cai no fundo ou ele fica... **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Cai no fundo, mas pelo RH tu já escolheu o projeto. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Mas a sociedade civil não escolhe às vezes, demora para dizer: "Eu quero que vá para a entidade X ou Y". Tem 1 ano de intervalo e nesse 1 ano o valor está ali pulando. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Essa pessoa que depositou dia 20 de outubro vai declarar esse valor em maio. Ela pode em 30 de abril dizer para o... **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** O dinheiro vai para a conta do Fundo da Pessoa Idosa ou para a 13.019? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Está no Fundo da Pessoa Idosa. Mas de quem é? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** É do fundo. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de**

Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: É do fundo, mas pode ser que seja carimbado para uma entidade ou pode ser que seja... **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Porque a entidade tem uma carta de captação de 2 anos. Quando encerrar o período da carta de captação é que, efetivamente, o recurso que entrou vai ser destinado para aquele projeto. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Ou não. Se a pessoa quer antes, se a entidade quer antes. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Só um pouquinho, a Sônia está pedindo aqui a palavra. Sônia? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Boa tarde, então. Jeniffer, eu não lembro se nós, enquanto conselho, já não deliberamos um prazo, que eu acredito que tenha sido 180 dias do depósito, justamente para se evitar esse limbo, que isso já foi tratado em outras reuniões. Fizemos uma resolução dando 180 dias e não apresentando o projeto, ele iria compor para o saldo livre. Se a gente não fez enquanto conselho, daí eu acho que depois a gente delibera isso numa outra plenária. Mas se não me falha a memória, isso já tem. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Tem que ver qual é o peso legal de uma resolução de um conselho. Qual é o peso legal? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Daí eu acho que a gente pode conversar depois então, Secretário, com a Catarina, que é a nossa procuradora, ou eu vou conversar com o procurador que atende a Secretaria da Fazenda para que se estabeleça o peso ou não, enfim, enquanto conselho, da resolução. Daí a gente trata isso com a procuradora. Nós temos condições de marcar uma agenda com ela, enquanto conselho, enquanto diretoria executiva, e aí a gente trata disso. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Não, mas é isso, porque é explícita a necessidade de uma legislação, uma lei própria. Aí sim nós vamos ter embasamento. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tudo bem, mas aí vai valer para os dois conselhos. Quando entrar, entra para os dois, e é o que a gente está tentando ajustar em outro nível. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Deixa eu refazer o que eu disse. Se a pessoa que doou, doou para o fundo, então o dinheiro é do fundo, não é de nenhum outro lugar. Não se sabe se é para projeto ou para o fundo livre, mas o dinheiro é do fundo. Então, é isso que eu queria. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Isso, ele é do fundo. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Então, não é um dinheiro...

Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH: Viu, Presidente, que tenha essa resolução que a Sônia falou que trata dos 180 dias. Se lá faltando 1 dia para os 180 a pessoa declarar que foi para o Padre Cacique, ele fica vinculado ao Padre Cacique, não é mais saldo livre. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tudo bem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso. Mas se não me engano, isso foi feito, Secretário, justamente porque eu me lembro também, não me lembro se foi em 2024 ou em 2025, que a Jeniffer trouxe essa demanda porque havia um saldo num limbo, vamos dizer assim, e ela não conseguia se movimentar se aquilo era para alguma OSC ou se aquilo era para o fundo da pessoa idosa ou da criança. E se fez uma resolução, qualquer um dos fundos, enquanto conselho, se fez a resolução dando uma data de corte exatamente para que ela pudesse ter a tranquilidade de fazer a transferência e equalizar esse saldo que estava no limbo. Por isso, e na sequência, se não me falha a memória, no final de dezembro se lançou uma resolução dizendo: 180 dias, o recurso não requerido pela OSC no sentido de que aquele depósito era meu, aquela doação era minha, a OSC não se movimentando ou o doador não se movimentando, aquilo entraria para o saldo livre. Então, tem que resgatar as resoluções. Já anotei aqui para depois passar isso para a secretária que faz a assessoria ao conselho, e também para dar uma olhada nas atas. Se não me engano, tem uma resolução, mas aí a gente vai avaliar. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tem sim, Sônia. Só um pouquinho, pessoal, eu vou ter que abrir uma outra sessão para ela aqui. Sônia, vai ter que entrar ali no outro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas podem tocar. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Mas vocês entendem que, independentemente se for 180 dias ou 2 anos, tem 700.000 que ainda eu não posso dizer de quem é? A questão não é o tempo. A questão é que a pergunta que foi apresentada aqui é por que é tão difícil calcular o saldo livre e por que esse valor é variável. Porque nós temos depósitos que não são identificados. Ele pode ser identificado daqui a 30 dias. Mas se amanhã a auditoria olhar a conta, vai falar assim: "Mas como assim? Tu está me dizendo que 35 milhões é de saldo livre e 25 milhões é de projetos. E esses 700 aqui não estão nessa conta? Estão onde? Estão na conta, mas não estão na prestação de contas?". Isso não pode acontecer. Então, independente de ser o prazo de 1 dia, 24 horas, tem dinheiro que entra sem identificação e pode ficar sem identificação se o doador não se manifestar. É por isso que

esse valor é tão variável. A questão não é se apegar ao prazo de identificação. A questão é se apegar que tem um valor de saldo de conta que é diferente do que está nos projetos. Porque o pessoal naturalmente faz o cálculo: "Se eu somar todos os valores que têm disponíveis nos projetos é 20 milhões, e no saldo livre é 35, dá 55 milhões. Mas na conta do fundo tem 60. De onde são esses 2 milhões?". Daqui, de depósitos não identificados, de valores que a gente não consegue resgatar, de recibos que foram emitidos e a pessoa pediu devolução. São n possibilidades. A resposta da pergunta, por mais que ela gere outras perguntas, é por que esse valor é tão variável ao longo do tempo. Pode ser que amanhã esses 700.000 virem saldo livre. Pode ser que amanhã esses 700.000 vão para algum projeto. E pode ser que isso aconteça só no ano que vem, mesmo com o prazo de 180 dias, porque esse depósito foi feito semana passada. Vocês entendem que para mim esses 180 dias também não adiantam? Não adianta o conselho dar um prazo se a gente não tem a ferramenta para regulamentar isso. O cálculo do saldo livre, o cálculo de valor de projeto, a resolução do conselho que determina isso é gerencial, porque a lei que regulamenta a prestação de contas diz: "O saldo tu tem que dizer assim: as receitas auferidas são essas". Não existe saldo livre na lei. É por isso que é uma estimativa. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Sim, e para te ajudar, para além disso, as portas de entrada. Hoje é Pix, é TED, é boleto. Tem que ser uma porta de entrada única. Para vocês terem ideia, tinha gente depositando em espécie no passado. Vinha com dinheirinho, entregava. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Sim. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Também. Isso também a Secretaria da Fazenda já está em tratativas com a Caixa Federal, que é onde essa conta-corrente está, para que se bloqueiem todas as entradas fora o depósito direto nos projetos. Já estamos em tratativas e a Caixa já está verificando uma possibilidade. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Alguns anos antes, no Conselho da Criança, era sugerido para todas as instituições captadoras que as instituições que já tivessem o e-mail comprobatório do depósito de destinação para seus projetos encaminhassem ao conselho, lá nos tempos de SMGOV, se não me engano. Isso ajudava a prefeitura, e principalmente a PROCEMPA, a ver mais rapidamente: "Isso aqui é ACM, isso aqui é Pão dos Pobres, isso aqui é Casas Jesus de Praga, Kinder". E aí mais rapidamente a prefeitura reconhecia e podia validar os

repasses. Eu creio que isso se perdeu ao longo dos anos com as reformas administrativas. Talvez pudesse ser recolocado, porque a destinação de renúncia fiscal de pessoa física é meio improvável que a gente consiga reunir. Mas aquelas instituições, e várias no COMUI têm esse patamar, recebem destinações às vezes de 2, 3 bancos. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** É justamente isso, desculpa te interromper. Mas foi numa doação de um banco, que uma instituição informou que tinha recebido um patrocínio, que a gente recebeu o apontamento. Vocês imaginem: a prefeitura recebeu o apontamento de um banco que em nenhum momento declarou que aquela doação era para aquela destinação. A partir disso, se fez um processo para a procuradoria e hoje somente o doador pode dizer para qual projeto vai ser destinado. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** O doador tem que dizer. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Mas a OSC não pode. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** A OSC pede para os doadores... **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Agora sim. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Manda para a prefeitura. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Exatamente. Antes a gente tinha uma relação mais direta, um pouco mais informal, no sentido de a própria OSC já saber, fazer um formulário e mandar para o fundo, da mesma maneira que mandava para o doador: "Essa doação foi destinada ao projeto tal, tome aqui o seu recibo". A gente pegava essa mesma comprovação da OSC e fazia, mas uma vez isso ocorreu antes de o doador manifestar e gerou um problema que a gente agora não pode mais receber da OSC, mas do doador sim. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** A ideia seria o doador, principalmente dessas instituições que têm nas suas entradas aqui na prefeitura esses volumes de porte que vêm diretamente de uma instituição. A gente que acompanha os dois conselhos desde o início, tanto Fundo Criança quanto FUMID, historicamente o Fundo Criança era permeado de DPFs, renúncia fiscal da pessoa física, e o COMUI era o inverso. O COMUI vinha sempre muito banco. Se continua assim, eu creio que a prefeitura poderia, de repente, sugerir para essas instituições que têm o certificado de captação no COMUI: "Se tu pretende ter esse resgate em menos de 1 ano, comunica com os teus destinadores e manda eles informarem a prefeitura". Porque pela prefeitura é como

tu dizes: talvez daqui a 1 ano a gente venha a saber. Entendeu? Agora, se eles já sabem. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Exatamente, informam. A gente fez uma campanha diretamente para fazer doação por boleto. Todas as instituições que estavam com problema de vinculação de doação a gente já começou a fazer esse trabalho de estimular a doação por boleto, porque pagando o boleto o recibo já vem direto no e-mail de quem doou. Automaticamente, como a pessoa já escolheu o projeto antes de gerar o boleto, o sistema codifica e já coloca o valor lá naquela barrinha verde que o Simões estava falando, que aí aumenta na hora. Exatamente. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Gente, mais alguma pergunta, questionamento, dúvidas, sugestões, elogios? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Eu só queria, voltando um pouco ainda à questão do FUMID, Jeniffer, se a gente tem aproximadamente do total 68 milhões, aproximadamente, 51 milhões é fundo livre, junto com o do edital, 35 milhões mais o do edital, sobram 17 milhões. De todos os projetos que estão em andamento, a captação até agora é de 17 milhões só? De todos os projetos que estão colocados? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Na verdade, não dá para dizer que a captação é só 17 milhões porque as OSCs que arrecadam também resgatam. Tem OSCs que estão captando e já estão resgatando. A resposta é sim. O que é de OSC é 17 milhões. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Só 17 milhões de todos? Porque eu acho que tem tantas, Santa Casa, SPAAN, que captam 6, 7, 8 milhões. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** É que elas captam, mas, por exemplo, a SPAAN teve agora um repasse de 1.600.000. Não fica esse dinheiro parado no fundo. Enquanto ela está arrecadando, ela está recebendo de um outro projeto. A SPAAN tem empenhado 5 milhões. Esse dinheiro que vai entrar, vai sair. Ele circula, é variável nesse sentido também. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Mas de total que entrou de todas as OSCs entraria nesses 17 milhões? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Acaba sendo razoável porque hoje o COMUI... Eu não fiz essa verificação antes de vir para a reunião, mas geralmente são uns 22 projetos, 19, que ficam em captação. Geralmente o valor dos projetos é 1 milhão, 2 milhões, a não ser as maiores que atendem mais, mas geralmente andam na base desse valor. Esse valor conversa com aquilo que o fundo recebe e repassa. Isso está no site também, no site a gente tem esses valores. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu complemento essa fala da Jeniffer

no sentido de que é importante se dizer que o saldo das captações está caindo. Nós estamos com menos captação do que saldo livre. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** São poucas entidades captando também, Sônia. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** São poucas entidades, exatamente. As cartas que entraram este ano, só agora em dezembro é que nós vamos ter algum valor mais substancial e mais 2 anos pela frente. Mas isso é importante. Penso que agora a gente pode fazer as ações da aplicação desses recursos. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Só para finalizar, pessoal, eu acho que daria até para a gente elencar vários fatores do porquê caiu isso aqui. Por exemplo, quando uma OSC fica quase 1 ano para receber um repasse, ela vai pensar duas vezes se vai fazer outro projeto para colocar. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Mas o ponto-chave eu acho que são poucas entidades captando. Acabei de dar um exemplo de Curitiba, que é 30% a mais da população, são 300 entidades captando. Aqui são poucas. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Tem que ver como funciona lá. Se demora tanto tempo. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** 1 ano o primeiro resgate lá. Estive lá em Curitiba. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Eu acho que tem vários fatores que levam a cair os projetos de captação. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Comparativamente, a gente tem bastante entidades captando para um universo de poucas instituições registradas. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Exatamente. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** O CMDCA, eu e a Neiva fomos conselheiros lá, lá tu tem 484 instituições registradas. Aqui são 85. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Quantas temos cadastradas? **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Cadastradas, ILPIs ou entidades com fins lucrativos são cerca de 300 e... Me ajuda, Câmara de Registro. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Ele quer saber só as OSCs. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** As OSCs, 86. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** E que fazem captação? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**

Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV: Menos de 50, 30 e poucas. Comparativamente é bastante. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Nem todas querem fazer captação. Preferem ganhar o dinheiro do fundo livre. A prova é a quantidade de projetos que a gente recebeu para o edital. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde – IPS:** Não é 80? Teve um recadastramento. Acho que nós estamos em 44. Já tivemos 80. [Falas concomitantes]. Não chega nem a 50. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Deixa eu só entender uma coisa aqui. Eu até fui perguntar de novo, porque eu fiquei pensando. Nós tivemos duas prestações de contas anteriores a esta. Nessas duas, a gente aprovou com a seguinte ressalva: que a gente não podia saber dentro da prestação de contas o que tinha livre e o que tinha vinculado, não foi isso, Jeniffer? A minha pergunta é: por que agora a gente consegue ver e antes a gente não estava conseguindo? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Porque a lei do fundo rege de uma maneira que tem que ser declarada. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tudo bem. Deixa eu reformular a minha pergunta. Não importa se é oficial, não importa se é estritamente dentro da regra, porque a nossa preocupação sempre foi a seguinte: como a gente ia fazer aportes, como a gente ia gastar do saldo livre nas coisas que tinha que gastar se a gente não sabia exatamente o que tinha? Porque o que nós sabíamos? Que nós tínhamos 16 milhões que estavam para o edital, que nós temos 6 milhões que eram para um outro edital que não foi realizado, então aí já são 22. Como é que a gente iria gastar qualquer coisa se nós não sabíamos quanto a gente poderia gastar? A minha pergunta é: o que mudou do início do ano, da última prestação para cá? Porque isso teria nos poupado muito tempo até de discussão. Porque a gente só queria, não precisava nem ser estritamente dentro da lei, é ter uma ideia. Nós não tínhamos uma ideia de quanto tinha no fundo livre. Nós só sabíamos que 22 já estavam comprometidos. Eu só queria entender, até porque me perguntam muito. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** O dinheiro é público, a opinião pública quer saber os valores. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Exatamente. Eu estou há 1 ano, desde que estou aqui, respondendo que não tem como saber. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Mas fui acionado por causa disso, coloquei a solicitação para a minha equipe. Se tivessem me chamado em janeiro, seria em janeiro. **Neli Miotto, Lar**

Maria de Nazaré: Desculpa, Secretário, inclusive na reunião com o Coronel nós lhe pontuamos que estava sem prestação de contas. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Eu fiquei sabendo e falei: "Eu vou lá". Mas nunca me provocaram para vir aqui. [Falas concomitantes]. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Eu fiquei muito surpresa na audiência. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** A gente sempre acionava, a gente tem processos SEI, inclusive retorno da Jeniffer dizendo que operacionalmente ela não tinha condições de fazer a prestação de contas. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** O cálculo do saldo livre. A prestação de contas é uma coisa, o cálculo do saldo livre é outra. Nas atas vocês podem revisar. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Esse entendimento de vocês, vocês têm como prerrogativa conforme a lei de uma prestação de contas. Hoje está sendo feito algo de gestão: está aqui o Secretário. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tudo bem, mas olha só como é muito ruim para nós aqui passar o tempo inteiro dizendo uma coisa que não é uma verdade. Não precisa ser oficialmente, porque eu não tenho a obrigação no momento de dizer: "Tem 55 milhões e 25 centavos no fundo livre e tem não sei quanto no vinculado". Eu precisaria ter, inclusive, porque aquela audiência criou uma situação muito esquisita, porque na hora em que vocês foram falar na audiência pública, e ela não está aqui, a Mariana afirmou dentro da audiência pública que tinha 20 milhões em fundo livre. Para nós foi uma surpresa, porque até então eu nunca tinha escutado que podia haver um cálculo aproximado de quanto teria no saldo livre. O que estou dizendo é que nós estamos há 1 ano repetindo que não tem por falta de pessoal, por falta de sistema, por n motivos, capacidade da gente separar o que é o livre do vinculado, nem remotamente. Só fica numa especulação. Por isso a minha surpresa original. Surpresa porque é a primeira vez que escuto. Não precisa ser exato, entendeu? Mas a questão é a seguinte: eu estou repetindo uma coisa que não é verdade. Nós falamos, estamos todo esse tempo falando para as entidades, falando para outras pessoas, e nesse momento a gente viu que a gente poderia saber mais ou menos quanto a gente tem ali. Eu não preciso ter os centavos, entendeu? "Olha, tem 700 que a gente não sabe ainda onde está". Só precisava saber o que não era vinculado, porque fica chato. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Eu gostaria de ter uma oportunidade de resposta, porque essa discussão é histórica. Como vocês podem ver, todos os anos nós apresentamos o valor de saldo livre

e todos os anos a discussão é a mesma. O servidor, não é que não é verdade, gente, é que tudo que a gente escreve e tudo que a gente assina tem que ser oficial. Não tem como, tem que ser oficial, senão a gente recebe apontamento que nem a gente já recebeu. Falar em ata que o que a gente está falando não é verdade é muito complicado, e é por isso que o servidor não faz. É simplesmente por isso. A gente sempre veio dizer, e aqui na apresentação tem de novo: a gente não tem sistema que dê lastro à informação, que torne a informação auditável. Quando um auditor chegar para olhar esse valor, ele vai dizer: "Está errado". É por isso que a gente não oficializa. Porque na lei diz que o valor que está no fundo é do fundo, não é do projeto A, não é do projeto B. Isso quem inventou foi Porto Alegre. Desculpa, gente, mas na lei não existe. Só aqui opera desse jeito. A lei que existe no município tem que valer para o Fundo da Criança, para o Fundo do Idoso, para o Fundo do Patrimônio, e nos outros fundos não é essa dinâmica. O conselho instituiu essa dinâmica porque ele é gestor do fundo. Ele organizou isso dessa forma, mas isso não é oficial. O administrador, o servidor, o Secretário tem uma responsabilidade sobre o que fala, porque está registrado em ata. Não digo que vá acontecer, mas o que a gente está falando agora pode ser usado contra a gente, e vai estar certo ser usado contra a gente, porque a gente já recebeu uma auditoria por isso. Quem vai responder não é quem quer o número que não é oficial, é o servidor que foi lá, escreveu e assinou. Tem os porquês. Não é que a gente nunca soube esse valor. Se verificar em atas e em pleitos anteriores, isso já foi discutido exaustivamente. A gente não tem sistema, a gente corre atrás diariamente por um sistema que dê essa informação, que possa tornar oficial, que dê autonomia para o conselho ver, mas isso hoje não acontece. A gente não tem como. É ilegal eu falar um número que não está em lugar nenhum, entende? Eu fiz esses quadrinhos para dizer: olha, o valor que eu estou apresentando aqui eu não tirei da minha cabeça, ele tem um histórico. Mas eu não posso simplesmente entrar num processo administrativo e dizer que isso é uma... como tu falou, não é verdade. Porque se eu colocar lá e alguém falar que não é verdade, vai estar certo, porque não é verdade. Porque esse valor é variável, porque esse valor pode mudar ao longo do tempo. O problema do saldo livre é esse: ele não é oficial. Talvez para a sociedade civil, foi aquilo que eu falei no começo, não tem impacto nenhum para uma pessoa que não é da administração pública fazer alguma coisa que nada proíbe. Mas eu vou responder se fizer alguma coisa que a lei não permite, e a lei não permite eu fazer isso que estou fazendo agora. O peso que eu tenho sobre isso é uma responsabilidade

funcional. Eu posso perder o meu cargo por estar dizendo um valor desconforme com a lei, que é essa aqui, porque a gente já recebeu apontamento de risco alto. O servidor, como informação oficial, não pode apresentar isso. Isso veio da Divisão de Auditoria Geral e é assinado por um auditor de controle interno. O risco é alto dessa informação, nível de risco alto. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Jeniffer, não se detendo no fundo livre, tu tens algum mecanismo, ignorando essa parte? Por exemplo, a gente tem aquela tabela: a OSC captou isso, já foi repassado tanto, tem tantas prestações para ser repassadas, para a gente poder ter esse cálculo, saber quanto já saiu, quanto ainda tem disponível que não seja livre, que seja da OSC, de projetos. A gente tinha a lista das OSCs: captou isso, já recebeu tantas parcelas, ainda está no fundo tanto para receber. Tem como puxar isso para a gente visualizar? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** A Secretaria da Fazenda, a Sônia também consegue confirmar, ela está criando, ainda está em construção, uma maneira independente de cada instituição visualizar os valores que já captaram, a composição de suas doações, quais projetos já fez historicamente desde o passado. Aqui eu peguei o exemplo do Banco de Alimentos, que já é uma instituição mais antiga, então vai ter mais projetos ali. Já se consegue ter uma estimativa, mas isso está em construção, por isso que ainda não aparece no site. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Eu nem digo do passado, vamos supor o atual. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Nora, não tem. Duas coisas que eu vejo que a gente tem que pontuar. Agradeço à Jeniffer a colocação. Acho que agora se esclarece ao mínimo o que o Fundo do Idoso tem e que se possa pensar na sua utilização dentro da política do idoso, é um ponto. No segundo ponto, a gente sabe das dificuldades que a SMIDH detém, principalmente a equipe dos fundos, dentro dos questionamentos que foram colocados num processo SEI, perguntando também ao Tesouro como que isso se daria. E o Tesouro faz uma orientação de como registra, uma vez que a contabilidade é da Secretaria da Fazenda, isso também está documentado. Na época se colocou também algumas resoluções enquanto conselho. A questão jurídica eu não vou falar porque desconheço, mas a gente pode conversar depois com a procuradora. Mas a Secretaria da Fazenda, diante de todos os questionamentos que vieram por parte da SMIDH nessa questão de Fundo do Idoso e do Fundo da Criança, e considerando que esse sistema, o SIAS, é muito antigo, onde a PROCEMPA entende que não vale a pena ter esforços para melhoria porque ele já não conversa mais, há necessidade de termos um outro mais

robusto. Pois bem, então que a secretaria encaminhe uma proposta para que os fundos compartilhem dessa despesa, pelo menos no que tange à compra. É uma proposta que a gente pode pensar, que facilitaria para todos. A Fazenda é solidária e está fazendo um ajuste para que melhore a possibilidade deles trabalharem. São ajustes mais manuais, mais caseiros, algumas iniciativas caseiras que a Fazenda está tratando com a SMIDH e essa equipe dos fundos para isso. Para que a gente possa melhorar e sair um pouco de tantas tabelas, como diz a Jeniffer, porque humanamente isso é impossível. Estão se fazendo essas melhorias, mas de uma forma muito caseira, que talvez ainda não estejam dando resultados. A gente está trabalhando nisso. Neste primeiro momento é isso. Acho que a gente tem os 35 milhões. Era isso que a gente precisava saber, agora a gente sabe. Quando está entrando para cada entidade ou não, isso daí é uma outra questão. Está ali no site e temos o site de transparência. O que está empenhado, o que está liquidado, o que está pago está sendo sempre alimentado. Acho que cada um também pode dar uma olhada por ali. É isso neste momento. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Obrigada, Sônia. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Eu acho que isso vai bem de acordo com o que a Presidente falou, que por mais que seja caseiro, por mais que a Fazenda esteja só para visualização, já ajuda muito na autonomia do conselho de não precisar pedir a informação. A informação ter a transparência de conseguir em tempo real acessar, mesmo que ela ainda esteja um pouco desatualizada, defasada, tenha alguns ajustes a serem feitos. Aquele slide que eu mostrei, o quadrinho, é justamente quais soluções a PMPA, a prefeitura está buscando para resolver essa situação. Porque essa questão do fundo permeia várias secretarias. A Secretaria da Fazenda também tem responsabilidade sobre esses valores que estão sendo contabilizados. Por mais que eles não entendam a dinâmica do fundo, porque não estão aqui no dia a dia, eles também são responsáveis por apresentarem esses valores, apresentarem esses resultados. Hoje a gente consegue, nessa parceria, começar a dar um passo para facilitar a visualização, mas não mais do que isso. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Mas já é alguma coisa, porque até então eu estava achando que, como já estava comprometido, não sei se tem 1 milhão, se tem 2 milhões. E as demandas vindo, porque seguia pedindo. Como a gente poderia se comprometer com qualquer coisa se, na verdade, na minha cabeça a gente ainda estava devendo 2 milhões? Jeniffer, é isso que eu quero dizer: não precisava em todo esse tempo nem ser uma coisa oficial. É só a gente poder visualizar

alguma coisa que tem, porque até então não tem dinheiro, não dá, não iria dar nem para pensar o que a gente vai poder fazer para o ano que vem, que a gente tem que fazer um plano agora. Enfim, muito obrigada. Deu um alívio, a conta não está no vermelho. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Dentro do site, eu repito, dentro do site a gente tem, mas também naquela lógica da legislação oficial, porque é uma informação oficial. Uma tabela simples de receitas e despesas que diz ali a abertura por conta dos valores gerais, que é isso que a gente pode abrir, por exemplo: doações no site, doações por depósito, rendimentos bancários. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Se puder deixar disponível esta apresentação. **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Essa apresentação eu posso deixar disponível naquele processo que até a Fátima na época que fez também pedia já o saldo livre, e aí a gente explicou a questão do porquê de toda essa história que eu contei. Aí eu posso colocar essa apresentação e explicar que não é igual ao que está naquela que vai para o DOPA, por causa disso aqui que eu apresentei. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Tem no SEI? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Aqui eu não tenho, mas eu tenho no meu computador ali. Daí eu mando no WhatsApp. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** A apresentação já está no site? **Jeniffer Rodrigues Siqueira, EOF/SMDS:** Não, os valores só. Os valores deste ano e do ano passado, mês a mês. Mas essa apresentação aqui não, mas a gente pode botar no processo. Eu só não vou poder botar no site, mas eu posso botar no processo. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Gente, mais alguma dúvida? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Sobre isso não, mas depois que encerrar a questão da prestação de contas, eu tenho umas outras perguntas. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Nós temos uma agenda às 16 horas com a vice-Prefeita falando sobre criança e adolescente. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Edital. Nós vamos comemorar 1 ano agora que o edital ainda não se desenrolou. A gente recebeu uma resposta de quem fez, inclusive a minha entidade fez um recurso, porque nos botaram numa zona que não era a nossa. E as entidades estão perguntando quando sai a resposta dos recursos. Porque pensando também: se demorar muito, vai ter que refazer uma nova publicação de prazo, errata de prazo. Eu não sei, Secretário, se o senhor tem alguma notícia para nós. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Pela última errata publicada dia 26, ontem,

era recurso com o resultado do processo de seleção. E que dia 3, terça-feira, seria a apresentação de contrarrazões. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Se era para ter saído ontem, eu vou cobrar. Eu não almocei, eu não tenho muita coisa na ponta da língua. Mas, saindo daqui, eu vou direto na mesa da pessoa: "Por que não foi publicado ontem?". Eu vou cobrar. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Porque dia 3 são as contrarrazões, terça-feira. Como é que vai botar contrarrazão se não... **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Se o senhor puder, então... **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Eu te retorno no WhatsApp. Pode ser, Presidente? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Pode ser. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Viu, Presidente, saindo daqui eu vou na mesa da pessoa e te dou um retorno no WhatsApp. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Por favor, porque as pessoas ficam mandando à noite mensagem no WhatsApp. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Era para ter saído ontem conforme o edital. Vou cobrar de quem não publicou. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Por favor, nós ficaremos felizes. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Não, de imediato. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Como é que elas vão fazer uma contrarrazão terça-feira? **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Até aproveitando, Gustavo, o edital era para sair ontem com uma publicação do prazo de recurso, na verdade. Ontem era para apresentar recurso e no dia 3 ser publicado, é isso, Gustavo? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Resposta do recurso. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** A resposta do recurso era para ter sido publicada ontem. E aí as entidades têm até o dia 3 para apresentar a contrarrazão. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Dá uma olhada nisso aí, por favor, Gustavo. Eu retorno para a Presidente para saber quem é que não fez, por que não fizeram. Isso deve ser a comissão que avalia os recursos. Mais alguma coisa, Presidente? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Da minha parte era isso. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Vou dar tchau para

vocês. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Vamos tocar a nossa plenária. Está terminando a nossa plenária. **Juliano Passini, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH:** Tchau, pessoal, bom trabalho aí. Qualquer coisa, me acesse, Presidente! Me liga!

APROVAÇÃO DE ATAS

- **Ata nº 31, de 15/09/2026**
- **Ata nº 32, de 29/09/2026**
- **Ata nº 33, de 06/10/2026**

Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida: Vamos lá, aprovação das atas. Pessoal, nós temos 3 atas para votar. Eu li. Quem leu a 31? Eu li a 31. Como é que a gente faz? Votamos? Aprovada. A outra, Ata 32, eu li também. Quem aprova? Aprovada. [Falas concomitantes]. A última eu também não li. Quem leu a última? Eu não li. Então, pessoal, vocês estão aprovando a ata? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A 32 eu li. De acordo. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Então, nós aprovamos: Ata 31 e Ata 32 aprovadas, e a 33 a gente vota a semana que vem, por favor. **APROVADAS AS ATAS 31 E 32/2026**. O que mais? Câmara de registro. Pode começar.

CÂMARA DE REGISTROS

- **Recadastramento: Lar Dom Levino – Processo SEI nº 21.0.000114305-8**
- **Registro: Redecriar – Processo SEI nº 25.0.000151675-5**
- **Registro: Atos 29 – Processo SEI nº 24.0.000022539-4**

Bibiana Dornelles Alves, ACM Morro Santana: O processo SEI número 21.0.0001140305-8 é um recadastramento do **RESIDENCIAL LAR DOM LEVINO**. Estive com as responsáveis hoje pela manhã. O residencial teve uma redução no número de atendidos. Eles atendiam cerca de 10 idosos distribuídos em grau 1, grau 2 e grau 3. Tiveram uma redução para 10 por conta de um ajuste de PPCI. Dentro da visita pude ver tudo em conformidade: parte externa, cozinha, banheiro, barras de apoio. Elas me trouxeram um questionamento sobre alvará de saúde, porque eles estão com o alvará de saúde vencido e estão recebendo informações de que têm um prazo de 1 ano para fazer a vistoria nesse local, por um atraso, questão de pessoal, enfim. Pediram um posicionamento nosso, que eu disse que me cabia era: eles enviaram essa documentação dentro do prazo, quando foi enviada ainda era válido, então para nós, por enquanto, era

aquilo que estava valendo. Parecer da câmara favorável para o recadastramento. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** O que tu recomenda? Aprovamos? **Bibiana Dornelles Alves, ACM Morro Santana:** Favorável. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Favorável, então, ao recadastramento do Lar Dom Levino. Oi, Sônia, tu pediu alguma coisa? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Era só para votar favorável. **APROVADO**. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tá, ok. Outro ali, o Registro? **Roselaine Santos Aguirre, SPAAN:** Então, a **REDE CRIAR**, a gente foi fazer a visita. Só foi eu e a Vera. O processo SEI 25.0.000151675-5. Ali são as fotos. Então, a gente chegou lá numa terça-feira, que é o dia que tem as atividades. Tinha 9 idosas. Bem legal o trabalho de cerâmica que elas fazem. O espaço fica no Centro Espírita. Mas as idosas que estão lá são idosas, não diria em vulnerabilidade social, são idosas que foram do lar, não querem ficar no isolamento social e precisam estar no espaço de ocupação. É bem interessante o trabalho. O que a gente conversou com ela: qual é a ideia de atender a população realmente de vulnerabilidade? A ideia é ter o cadastro do conselho para poder ampliar essas atividades para as senhoras. A gente pediu as folhas, não tinha as folhas de presença. Ela só tinha essa lista muito solta, um ambiente que parecia que foi montado naquele dia. Mas o trabalho é interessante. O parecer, então, é que a gente aprova com ressalva para estar ampliando o atendimento para atender o público de vulnerabilidade social. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** É registro ou é cadastro? Cadastro é uma ILPI. **Roselaine Santos Aguirre, SPAAN:** Não, é serviço de convivência. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Se for para pessoa em vulnerabilidade, aí é SMAS. A gente está falando de serviço de convivência de idoso, não necessariamente tem que estar em situação de vulnerabilidade. Porque se fosse para atender a situação de vulnerabilidade social e risco, aí ela teria que pedir registro no CMAS, que daí é assistência social. Aqui é COMUI, é diferente. [Falas concomitantes]. Mas é serviço de convivência. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Quantas vezes por semana? **Roselaine Santos Aguirre, SPAAN:** É uma vez por semana. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** O que eu quero chamar a atenção é que estar em vulnerabilidade social não pode ser o critério para negar registro para um serviço de convivência, porque daí teria que ser pelo CMAS. **Roselaine Santos Aguirre, SPAAN:**

Olha só, na primeira visita estava a Maria Odete, a Vera e eu, foi dia 6 de outubro. A gente chegou lá no prédio, na Carlos Gomes, e não tinha ninguém lá. Aí eu refiz a visita, foi agendada, passei a tarde toda lá. Eles estão começando. É bem legal o trabalho, são 9 idosas. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** E o que eles têm de lista de presença das atividades? **Roselaine Santos Aguirre, SPAAN:** Tem daquele dia que tirou foto só. Não tinha nada, na verdade. Só tinha aquela lista. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Não tinha lista anterior de outras, registro de chamada? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Fotos vocês tiraram lá, eles não têm registro de fotos? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Registros anteriores, nem fotos, nem chamadas das oficinas anteriores? Não? [Falas concomitantes]. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu acho que a gente está dando a oportunidade de se criar um serviço de convivência que está atendendo 9 pessoas. Eu acho que a gente tem que dar com ressalva, podemos avaliar daqui a um período. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Mas, Neiva, sempre o critério nosso foi que já tivesse algum trabalho para vir buscar o registro aqui, não que fosse começar para depois ter o trabalho. Nunca foi assim. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** A gente tem que dar o registro com ressalva e avaliar com eles de novo daqui a um período. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Deixa eu fazer uma pergunta: quando a Câmara de Registro pega toda a documentação no processo SEI, vocês não estão levando em consideração o plano de trabalho do ano anterior e o plano deste ano? **Neiva Conceição, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Relatório de atividades, tu quer falar? [Falas concomitantes]. **Neiva Conceição, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Não, mas ela tem, todo mundo tem. Mas tu está convidada a compor a Comissão de Registro. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Mas não é, eu só estou perguntando, Neiva! **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Mas ela está dizendo que não tem plano de trabalho, Neiva. A Rose disse que não tinha. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Porque o que configura a continuidade do trabalho é o plano de trabalho do ano anterior e esse que está sendo executado, entende? Daí tu tem 2 anos, que é o critério para o registro. **Roselaine Santos Aguirre, SPAAN:** Elas tinham um trabalho na enchente, daí o registro foi perdido na enchente. Quando a gente falou a questão da vulnerabilidade, eu entendo que atende os idosos, mas ela falou que ia atender a

população de rua, mas na época da enchente se perdeu isso. Hoje elas conseguiram reunir essas 9 pessoas idosas do lar. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Só para complementar, a gente tem uma resolução de registro, que é a 60, que ainda está válida, não sei se vão mudar depois. E ali tem sobre centro de convivência para obter registro, até coloquei na tela ali, que para obter registro nessa modalidade deve ser 16 horas semanais. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** São 2 dias na semana a atividade. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Então, tem que se guiar sempre pela resolução. **Bibiana Dornelles Alves, ACM Morro Santana:** Não é isso, gente. É atendimento de grupo de convivência. **Maria Odete Bento, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Na realidade, é uma vez por semana. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Mas, então, é grupo de convivência, não é centro de convivência? **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu vou te dizer, na tipificação pela assistência social são dois dias por semana, 8 horas. Dois dias, 4 horas. Isso na tipificação da assistência social, agora estamos falando de... [Falas concomitantes]. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Eu acho que não é esse o problema. O problema que eu vejo aqui é que elas não têm um plano de trabalho. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Eu posso entrar no processo e dar uma olhada, pode ser? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E qual é o encaminhamento? Qual a sugestão da comissão para encaminhar? **Bibiana Dornelles Alves, ACM Morro Santana:** Com ressalva, parecer com ressalva. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Eu nunca vi isso. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Bom, vamos fazer o seguinte, então. Daqui a pouco se volta lá, vê o que está acontecendo, se o negócio está indo para frente. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que as colegas foram lá, fizeram o parecer, trouxeram, aí questionam o parecer, então quem questiona o parecer tem que ir lá. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Mas, então, para que é colocado publicamente o parecer? É pra gente opinar, não está criticando a colega, Neiva. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** É, realmente, pede o plano de trabalho mesmo aqui e eles não encaminharam. **Bibiana Dornelles Alves, ACM Morro Santana:** Encaminharam sim, Lu. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Plano de trabalho. Ah, está aqui! Relatório de atividades, plano de trabalho. Está aqui: plano de trabalho: 2020 a 2023.

[Falas concomitantes]. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Mas não tem lista de presença anterior e não tem de atividades anterior, né? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Como é que a gente resolve isso? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Presidente, qual é o encaminhamento? Eu não consegui daqui entender qual é o encaminhamento e o parecer da comissão. Indica pela aprovação com ressalva ou vai dar um prazo para se restabelecer? É isso, eu acho. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Eu vou dar a minha opinião, tá? Porque isso daqui é muito parecido como começou o Viva a Vida lá atrás. Na minha opinião, deixa registrar ou cadastrar, enfim, o que for, e daqui a pouco a gente volta. Porque com ressalva, depois a gente volta. Pode ser? Vamos votar. Tá, **APROVADO**. Com duas abstenções. Tá, a última? **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** processo SEI 24.0.000022539-4. Dia 6 de outubro foi eu, a Vera, a Maria Odete lá na **ATOS 29**, que o endereço agora não me recordo aqui. Chegamos lá, não tinha nenhum atendimento com idosos, né? Eram pessoas jovens de 18 a 50 anos. É um lugar bem legal, o trabalho com a pessoa, né? É LGBT, mas não tinha nenhum atendimento com idoso. A gente conversou novamente aqui e fomos refazer a visita. Daí foi na Restinga, dia 13 de outubro, foi eu e a Vera, que a Neiva não conseguiu ir. No dia 13 de outubro a gente chegou lá, não tinha ninguém. Estava fechado. Foi na Restinga. Não tinha nenhum atendimento lá. A gente bateu, tentou ver, não tinha ninguém, estava vazio o local. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Então, não atende idoso? Não tem. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Então, indeferido. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Por enquanto. Se eles derem outro lugar que eles tenham. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** É, então. Aí abre o processo de novo. Mas com 50 anos não dá, né? [Falas concomitantes]. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas assim, a gente fez a parte que cabe à comissão, foi feita a visita. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Foi feita a visita, não tem idoso, então não dá. Vamos votar, gente. Alguém aprova o indeferido, né? **INDEFERIDO POR UNANIMIDADE**. Mais alguma coisa? Projetos, Sônia?

CÂMARA DE PROJETOS

- **Processo SEI nº 23.0.000129555-1 – ACM**

Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde – IPS: É o 23.0.000129555-1. A entidade é a **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DO RIO GRANDE DO SUL - ACM**. O projeto é Arte e Movimento 3. O valor é R$ R$ 14.243,38, com 5% de retenção. Da análise: A OSC encaminha o Ofício 29, documento 41738478, onde solicita transferências de recursos ao projeto Arte e Movimento 4, aprovado pela Resolução 068/2025, Certificado 07/2025, vencimento em 31 de dezembro de 2027. Foi autorizada através da Resolução 077/2023, Certificado 09/2023, valor de R$ 389.538,30, vencimento em 31 de dezembro de 2025. A Resolução 180/2020, em seu artigo 8º, informa: os recursos captados e não solicitados para uso em até 180 dias após a data da expiração do certificado de captação, conforme artigo 4º, serão automaticamente incorporados ao saldo do FUMID. Justifica a OSC de que a não solicitação em prazo hábil dá-se pelo pelo motivo de que estavam em processo de solicitação de recursos do projeto anterior, Arte e Movimento 2, onde optaram por finalizar este processo somente após dar início ao novo pedido e o valor captado abaixo do valor proposto. Valor arrecadado: R$ 14.243,38, com 5% de retenção, total de R$ 13.531,21. Para o projeto, é isso, né, Sônia? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde – IPS:** Parecer: frente à justificativa da OSC, a Câmara de Projetos opina pela autorização da transferência de recursos no valor de R$ 14.243,38 com retenção de 5%. Dúvidas? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Gurias, aprovamos? **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO**. Assessoramento. Já falamos, né? Edital.

CÂMARA DE COMUNICAÇÃO

- **Sem pauta**

CÂMARA DE ASSESSORAMENTO

- **Edital**
- **Documentos para emissão de atestado de pleno funcionamento (recadastramento)**
- **Informações sobre denúncias relativas à Geriatria Luz da Vida – processo Lar da Amizade**
- **Representação do COMUI no encerramento do evento Outubro Prata**
- **Data final para envio dos projetos para aprovação neste ano: 17/11/2026**

Última plenária do ano: 15/12/2026

Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré: O edital, o Gustavo está vendo a questão do cronograma ali. Ele acabou de subir para ir verificar as datas ali, que era para ter saído ontem a a aceitação ou não dos das eh dos recursos e não foi publicado nada. E eles não sabiam dizer o porquê, então ele subiu agora para verificar o porquê que não foi publicado. Porque amanhã, sexta-feira é feriado municipal, né? Em função do Dia do Funcionário Público Estadual. Em função do Dia do Funcionário Público e segunda-feira é feriado em função de Finados, né? Então, terça-feira seria o dia para a apresentação das contra-razões. Então, a gente precisa ter publicado antes de terça se os se os recursos foram aceitos ou não para quem quer entrar com as contrarrazões. Isso do edital. Recadastramento. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Eles podem publicar numa edição extra. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu vou precisar sair, então, que chegou os documentos. Quero agradecer, então, a essa autorização e na próxima estarei presente. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tá bom, obrigada, Sônia. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Um bom feriado para todos aí, um bom descanso. Obrigada, gente, tchau! **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tchau! Obrigada! **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Hoje pela manhã, a Luciana nos comunicou a respeito do vencimento dos atestados de funcionamento das instituições, né? Isso tem validade de um ano, então, o ano passado foi feito e agora este este documento está vencendo. Nós precisamos repensar como a gente vai fazer para emitir os atestados de funcionamento para o próximo ano. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Tem uma resolução, a Resolução 16, que é a que rege todos os que tem todos os documentos para fazer a solicitação do atestado de funcionamento. O que eu acho que a gente poderia propor é que a gente reduza aquela quantidade de documentos, porque igual, qualquer captação vai ter que botar todas as certidões, vai ter que botar tudo isso. Eu acho que a gente poderia deixar restrito à ata, que a ata é importante, lista de dirigentes, plano de trabalho do ano anterior. Não sei se vocês concordam com isso ou vocês querem mais. Mas daí nós temos que fazer uma outra resolução, porque aquela 16 traz uma lista bem maior. Essa aí, ó. É de 2018, gente, quase 10 anos dessa resolução, foi a Lisi que assinou ainda. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde - IPS:** Ah, é, não precisa assinar declaração de idoneidade, a gente tem que fazer tudo isso. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Pois é,

declaração de idoneidade é todas essas coisas que a gente faz sempre. Eu sugiro assim: a ata é importante que ela esteja atualizada, e se o estatuto foi atualizado, sim, mas se ele é igual, não precisa. Eu acho que seria, então, a ata, a lista de dirigentes, o plano o plano de de trabalho vigente e o relatório de atividades anterior. Eu acho que esses quatro bastariam para gente dar o atestado de funcionamento. Não sei o que vocês acham. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Eu acho que tudo o que facilitar é bom. Tá, fica a proposta aqui de ficar como? Propomos o quê? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Não sei, tu acha que mais alguma coisa seria interessante? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Tá, eu só estou com uma dúvida: daí a gente altera os documentos lá no nosso site? A gente altera, a gente exclui daí e faz uma nova resolução de atestado? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Sim, faz uma nova resolução de atestado. Mas tu acha que precisaria mais de algum documento além destes? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Plano de trabalho eu acho que é importante, o do ano anterior, o relatório de atividades e a ata atualizada essencial, né, pra gente poder colocar os dirigentes ali. E o documento do responsável, né, com as assinaturas dele. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Então, não vai precisar do estatuto, então? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Não, tem estatuto, tem declarações, tem tudo. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde - IPS:** É, no final vai mudar pouca coisa. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Não, então deixa como está. Eu achei que tivessem as declarações ali. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde - IPS:** Só que eu tenho uma pergunta: a minha, por exemplo, foi feita na renovação e ela é válida até dezembro, até dezembro agora de 2026. Mesmo assim a gente já tem que fazer? O CMDCA faz 2 anos. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Aí tem que alterar a resolução, então. A nossa é anual, né? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Nós podemos colocar de dois, aí altera a resolução. A gente faz uma resolução só colocando a validade ali do atestado. A gente coloca o link ali, né, com os seus documentos, e aí a gente encaminha para o fórum também. E aí se vencer a ata nesse meio tempo, as OSCs encaminham a ata atualizada para a gente atualizar. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Então, para a votação. Quem aprova modificação para a validade de 2 anos? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Presidente, ficaria a validade até 31/12/2028, né? E o prazo para o recadastramento vai ser de quanto tempo?

Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida: Quando é que vence? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Não, para elas encaminharem as documentações. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Agora, até dezembro, 15 de dezembro. Pode ser 15 de dezembro? Tá. Pessoal, já passou das 16 horas. Volta para a pauta. Gente, amanhã tem um evento que vai ser entregue uma medalha de reconhecimento ao COMUI. Não é isso, Eleonora? O evento de amanhã. Fechamento do Outubro Prata. Eu não posso ir amanhã, tenho trabalho, além de ter que bater o meu ponto às 14 horas lá na na Câmara para ver se não vão fazer a votação antes da nossa audiência. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Eles vão entregar medalhas para pessoas mais antigas que tiverem trabalhado no COMUI, pelo COMUI também, eu acho. Eu sei que o nosso grupo de dança vai se apresentar na parte artística ali. Mas precisa indicar alguém para receber a medalha, né? Já que a Ângela não vai. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** É. Por que gastar dois lugares? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Não, mas democraticamente a gente tem que botar no pleno para o pleno escolher. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Democraticamente, a Eleonora. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** O encerramento. Amanhã tem o coral da universidade, são 80 pessoas, coral comunitário. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Hoje pela manhã a gente conversava na reunião da diretoria sobre a data de envio de projetos para captação. A Câmara de Projetos estabeleceu a data de 17/11 como a última data para envio de projetos novos para captação. Por quê? Para que dê tempo da câmara analisar e aí conseguir emitir a carta de captação antes do dia 30, que é o período antes do dia 30 de dezembro, que é o período que sempre tem um volume maior de de recursos entrando, né, de doações. Então, se atentem, avisem as instituições que dia 17 de novembro... Eu vi que a Bibi já colocou no fórum, né? **Bibiana Dornelles Alves, ACM Morro Santana:** Não, foi a Fátima. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Foi a Fátima? Tá, não sei, eu vi lá, mas achei que tinha sido tu. 17 de novembro é o último dia para encaminhamento, então, de propostas novas para captação de recursos. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Precisa de uma resolução? **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Não. A gente tem mais uma coisa para considerar da nossa reunião hoje pela manhã. A Sônia pediu que a plenária do dia 10 de novembro pudesse ser ou online ou que ela não fosse realizada. Por quê? Porque vai estar tendo a conferência do CMDCA dia 10

e 11 lá na PUC, e aí as meninas aqui da secretaria estarão todas envolvidas lá. Então, elas não poderiam nos dar suporte aqui. Então, a ideia é que se tivermos pauta urgente a gente faça a plenária virtual e aí a gente se organiza e libera as gurias da secretaria aqui, ou se não houver nenhuma pauta urgente naquele dia a gente não faça a plenária. Certo? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tá, a gente suspende. Sim, Gustavo! **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Sobre o edital, o que que acontece? Olha só, ele ficou mal escrito, tá? Se a gente ler assim: "recurso, resultado do recurso". Não, é até o dia 26 para entrarem com recurso. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Ficou mal escrito? **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Ficou mal escrito. E aí assim, eu perguntei para o Dani e disse assim: se nós formos observar, tem assim, resultados recursos e aí teoricamente estaria tudo certo para tu entrar com contrarrazões. Só que cadê o resultado para poder entrar com recurso? Está resultado do edital e está ali: resultado do recurso. Até quando era para entrar com recurso? Não estava. Assim, até o dia 26. Abre ali no processo. Já fez o resultado do edital. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde - IPS:** Eu lembro eu lembro que a partir da publicação são cinco dias úteis, né? **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tá, aqui, vamos ler juntos. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Recurso dos resultados, então, até o dia 26 a gente tem os recursos. Entendeu? Do quê? Dos resultados que foi dia 13. Então, até ontem foi a entrega dos recursos. Aí, OK. Só que ali, o que está errado: apresentação de contrarrazões. Mas primeiro a comissão precisa avaliar os recursos, entendeu? Que aí seria até o dia 3, a meu modo de ver, tá? Eu acho que até a gente pode dar uma... Para depois contrarrazões, não é isso? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** É cinco, sempre foi cinco dias depois da publicação o recurso. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Mas tá escrito no edital. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** O seguinte, veio do procurador, só que é o seguinte, se a gente for seguir isso aí, as entidades vão espernear e elas estão certas. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tá, como é que fica correto? Porque a pessoa olha isso daí e talvez entenda isso, né? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Então, nem teria como publicar nada ontem, porque ontem ainda estava chegando recursos. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Tá, vamos resolver. Como? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães do Cristal:** Cinco dias depois da publicação. Cinco dias a partir do dia

13, que é o dia que entregaram. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Tá, mas olha só, a gente teve recurso entrando ontem, então não posso descaracterizar para depois seguir isso aí. Entendeu? Eu não posso descaracterizar isso aí. Acho que vai dar B.O. e vai dar B.O. com razão. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Não, vai, porque aí a pessoa que escreveu ontem tinha perdido o prazo. Como é que a gente resolve? **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Se a gente descaracterizar isso aí vai dar um B.O. gigantesco. Acho que contando o dia 26 agora, com a comissão 5 dias, se for o caso mais 5 dias para contrarrazões, tenta seguir o baile mais ou menos por ali, acho. **Neli Miotto, Lar Maria de Nazaré:** Isso. Só que daí no dia 10/11 a gente tem que manter. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não, esse resultado eu não vou mexer. Eu quero tentar mexer ali nas contrarrazões. Sinceramente, acho que vai ser, entre aspas, água no chopp, porque se a comissão avaliou, dificilmente ela vai voltar no que ela avaliou, ela está seguindo um padrão, entendeu? Agora, acho pouco provável. Abre uma aba: resultados dos recursos, contrarrazões. **Adriana Alves Rodrigues, CMET Paulo Freire:** Não, é uma boa ideia. Ficou muito confuso, porque assim, a gente entregou os recursos, não saiu a publicação após a entrega dos recursos. Não tem como fazer as contrarrazões. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Tem que dar um prazo para a comissão, porque assim, temos alguns recursos, tá? Não são pouquinhos, né, Lu? Eu não vi ainda. Então assim, a comissão tem que trabalhar direito, é bastante. Eu não vi ainda, só vi que a Lu mandou o processo. **Ângela Salete Gubert, Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Mas é isso! Gente, podemos encerrar aqui por hoje? Gustavo, fica, por favor.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião do Conselho Municipal do Idoso, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – 1634 FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.